

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS DIFERENTES ASPECTOS DA DINÂMICA DESPORTIVA

*Odete Graça **

O desporto representou no séc. XX uma importância social de grande relevo e apresenta-se fundamentalmente como um fenómeno associado à vida cultural e económica na sociedade actual. É actualmente assumido e reconhecido o seu significado na vida dos cidadãos e das organizações cuja missão está intimamente ligada aos fenómenos do desporto. O desporto «é importante para a promoção do bem-estar, da saúde, da dimensão cultural e de coesão social» [...] «democracia, igualdade e solidariedade são valores fundamentais do movimento desportivo europeu»¹.

O desporto constitui nos dias de hoje um desafio à cooperação entre os povos e a aproximação entre as culturas através da sua linguagem universal que é o gesto e o movimento, a regra e a disciplina, o acontecimento e a notícia. O desporto ultrapassa a barreira das línguas e das culturas, pretende contribuir para a eliminação dos conflitos e deve fomentar no dia a dia a solidariedade entre os continentes.

Actualmente todos nós nos revemos, com mais ou menos interesse, no entendimento intercultural do desporto enquanto instrumento de inserção do indivíduo e da sua integração na sociedade.

O desporto desempenha cada vez mais uma função múltipla, logo o fenómeno desportivo é indiscutivelmente um processo contínuo de princípios e valores, fruto das sociedades que construímos e nas quais vivemos o nosso dia a dia.

Neste contexto, o desporto possibilita obviamente estudos e avanços no universo do saber e do conhecimento. Os novos desafios da **Tecnologia** permitem em cada minuto uma leitura universal rápida traduzida no gesto e no reflexo das sensações e das motivações das diferentes personagens em campo de jogo. São hoje recriadas as novas vantagens da imagem, do som e da cor à veloci-

* Mestre em Gestão do Desporto. Associação de Municípios do Distrito de Évora

¹ *Conclusions de la Présidence – Les directeurs du sport des États Membres de l'Union Européenne du Sport*, Hensinquia, 1999.

dade do impulso, quando é cada vez mais evidente o «fomento da linguagem da imagem, nos contactos entre povos e gerações e na promoção do desporto como factor de integração social» ².

Aliás o desporto na sua versão moderna sempre acompanhou o desenvolvimento e o crescimento dos diferentes meios de comunicação.

Também a **Imagem**, através dos seus meios audiovisuais, sabe hoje gerir o seu poder de chegar a casa de cada um de nós à velocidade do acontecimento, para nos dar o sonho de ser campeão, associado às motivações e práticas da violência e agressão sem esquecer o modo como nos vendem os produtos e como nos convidam a viver a publicidade. Entretanto, ao longo dos últimos anos e com particular incidência no último quartel, a **Ciência** aprofundou o seu campo de investigação na busca de mais perfeição tendo por objectivo final a melhoria do seu rendimento, de modo a serem obtidos os melhores resultados.

Também a **Economia** de há muito que encontrou no sector desportivo uma oportunidade e importância a que não são alheios as diferentes organizações desportivas. Aliás «a venda de direitos de transmissão televisiva e os patrocínios são hoje responsáveis por 65% – 85% do financiamento das manifestações desportivas, sendo a principal fonte de financiamento do desporto profissional na Europa» ³.

Cada evento desportivo está quase (!) sempre subjacente à vertente comercial cujos lucros e ganhos reflectem-se em cada país ou continente, com particular relevo para aqueles que se desenvolvem a nível europeu ou do mundo, como é o caso dos Jogos Olímpicos. São os acontecimentos desportivos associados ao **Marketing** que criam na opinião pública a adesão à marca e a associam ao campeão. É caso para dizer, a visão economicista do desporto ultrapassa em muito a importância da actividade física. É conveniente referir que «o montante dos direitos audiovisuais negociados pelo COI (Comité Olímpico Internacional) passou de 441 milhões de dólares em 1992 nos Jogos de Barcelona para 1.318 milhões previstos para os Jogos Olímpicos realizados em Sidney no ano de 2000» ⁴.

Por inerência, a dinâmica do **Turismo** alarga o seu campo de ofertas face à procura do espectador do mundo. São «pacotes» de ofertas, mini férias e circuitos da região que estão em jogo na balança comercial da cidade ou do país.

Também o **Direito** se associou ao fenómeno desportivo criando o enquadramento legal nas relações do mercado, definindo a regra e registando o acordo,

² «O Desporto como factor de integração social», in *XII.º Fórum Europeu do Desporto*, Verona, 2003.

³ Documento de Reflexão da DG X – Comissão Europeia – «O Desporto na Europa», Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual – Política audiovisual, Cultura e Desporto, 1999.

⁴ Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão «Na óptica da salvaguarda das actuais estruturas desportivas e da manutenção da função social do desporto no âmbito comunitário» – Relatório de Helsínquia sobre desporto» da Comissão ao Conselho da Europa, 2000.

sempre na salvaguarda de direitos e deveres de cidadania, de vida e de práticas cujos reflexos no fenómeno desportivo é hoje mundialmente indispensável e reconhecido. O Tratado de Amesterdão, com entrada em vigor a 1 Maio de 1999, refere no seu art.º 13 «providência uma base jurídica para tomar medidas necessárias para combater a discriminação do sexo ou orientação sexual»⁵.

É um facto que no campo da **Arte** o «desporto» deu o mote a artistas e pintores, que pela sua mão deram expressão à alegria e à raiz popular do jogo de crianças e adultos como tão bem o soube fazer Pieter Bruegel (1596) na sua pintura «Les jeux d'enfants», retratando jogos infantis e/ou populares ainda hoje vividos pelas crianças. Também entre nós em pleno séc. XX, José Guimarães relembra na sua tela os nossos campeões olímpicos Rosa Mota e Carlos Lopes, e na grande actualidade do Euro-2004 Júlio Resende afirma o seu traço nas paredes dos estádios, sublinhando o entusiasmo e o ambiente da «festa desportiva» através do jogo das formas matizadas pela cor. Também nas **Letras** a palavra está associada à reflexão do fenómeno desportivo e ganha a aproximação entre os povos de todo o mundo, capta outro valor junto dos responsáveis das organizações na Europa e no Mundo, e permite alcançar novas estratégias sociais, culturais e económicas enquanto verdadeiros desafios ao valor social e cultural de um dos fenómenos marcantes na viragem do século.

Mas não foram apenas estas áreas que contribuíram para o tal «realce» do fenómeno desportivo no contexto da sociedade actual. Também outros factores conduzem ou condicionam os nossos comportamentos à imagem do mundo, nomeadamente o que se refere à nossa vida sedentária «cerca de 60% da população portuguesa mantém-se inactiva durante uma se-mana típica» segundo elementos fornecidos pela British Heard Fondation (2000) de Londres e Institute of Food Stydies de Dublin citado no *The European Network for Promotion of Health – Enchancing Physical Activity* (2000).

É bom lembrar que a Organização Mundial de Saúde – OMS – também chamou a si o problema da actividade física sob a perspectiva da **Saúde pública** mundial sensibilizando os Estados, organizações e responsáveis políticos de intervenção local, regional e nacional a promoverem programas e acções, sob o lema «**Pela sua saúde ... mexa-se!**» Mas em complemento a este incentivo, também a OMS chamou a atenção para a vida sedentária que actualmente se vive «a *percentagem de adultos que vive uma vida sedentária situa-se entre os 60% e os 85%*»⁶ – nos quais se enquadram determinados sectores específicos da população como são os jovens, os idosos e as mulheres. Neste último «grupo-alvo» a OMS chama particularmente atenção para nove aspectos, tidos como os mais significa-

⁵ «Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na União Europeia», in *Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões*, 1999.

tivos na qualidade de vida das mulheres, dos quais salientamos o que particularmente cita «para as mulheres, uma actividade física regular e bons hábitos alimentares são um meio de melhorar a sua saúde e evitar um conjunto de doenças e patologias principais responsáveis por mortes e incapacidades genéricas existentes no mundo inteiro»⁷.

É óbvio que também a **Educação Física** e o **Desporto Escolar** se associam em cooperação internacional, nomeadamente entre a UNESCO e o Comité Olímpico Internacional – COI – quando sublinham a importância da «contribuição da Actividade Física e Desporto para o desenvolvimento cultural, económico e social bem assim como a preservação da saúde»⁸. É um verdadeiro reconhecimento do desporto escolar e universitário da promoção de valores éticos inerentes ao desporto, enquanto acto educativo de capital importância para a formação integral dos jovens, desenvolvendo práticas e modelos de aproximação entre gerações e culturas. Aliás é com este propósito que 2004 foi aprovado pela Comissão Europeia como «**Ano Europeu da Educação pelo Desporto**» tendo a particularidade de chamar a atenção para os valores formativos, éticos e culturais das crianças e jovens dos países da União Europeia.

Por tudo isto, nos últimos anos, o desporto assumiu outros contornos de reconhecimento e valor, fruto de inúmeros debates, conferências e outras iniciativas onde, pela primeira vez, não só se reafirma o papel social do desporto mas também se reconhecem as «suas cinco principais funções: educativa, social, cultura, recreativa e de saúde pública». Podemos mesmo dizer que «o desporto constitui assim uma linguagem universal e ultrapassa a barreira das línguas e das culturas e também em certa medida as barreiras sociais».⁹

Genericamente também podemos afirmar que nos últimos cinco anos o interesse da União Europeia, pela problemática das mulheres no desporto registou uma importância sem precedentes, tendo sido o ano de 1997 marcado por intervenções importantes e muito significativas para o futuro, aliás a referência no Tratado de Amesterdão é um facto digno desse registo.

Contudo, se em termos genéricos, o desporto assumiu, ainda que timidamente, um desempenho de «algum relevo» no panorama europeu e nas grandes agendas, no plano social e político é bom reconhecer que ainda hoje muitos se interrogam sobre a **importância da mulher no desporto actual** e qual o seu papel no contexto das políticas de desenvolvimento desportivo consolidadas nas diferentes áreas de intervenção na vida e na sociedade actual.

⁶ Organização Mundial de Saúde – Mesures en Faveur de l'Activité Physique, 2002.

⁷ Idem.

⁸ Congresso Internacional em Nabeul, 1992.

⁹ XII.º Fórum Europeu do Desporto – «O Desporto como factor de integração social», Verona, Novembro, 2003.

Para uns, pode ser um dado adquirido e já assumido, mas para outros e outras é ainda uma área de intervenção onde as mulheres estão longe de usufruir de uma verdadeira integração, com direitos e deveres já hoje previstos no quadro legal em vigor.

Na realidade, desde há muito, e um pouco por todo o mundo, têm-se realizado colóquios, debates, encontros e conferências onde a problemática das mulheres é o verdadeiro centro de interesse, desde as Artes à Ciência, das Letras à Investigação, da Moda à Tecnologia, do Trabalho ao Lazer, da Educação ao Desporto sem contudo deixar de fixar a sua relação com a família, com as tradições sociais, culturais e económicas que a cercam há longos anos. Mas é também importante registar o empenho e a determinação que as mulheres de todo o mundo têm assumido, ao longo dos tempos, na mobilização das entidades e das pessoas em geral, para os diferentes problemas que as envolvem.

Apesar de se viver, no presente, uma realidade significativamente diferente de há 30 ou 40 anos atrás, é ainda indispensável percorrer um longo caminho para que a generalidade da população feminina usufrua dos mesmos direitos e deveres no trabalho, na educação, no lazer e no desporto.

E aqui entre nós, é bom recordar que não vai assim tão longe o «ano de 1931 quando foi reconhecido à mulher o direito de voto embora apenas às diplomadas com cursos superiores ou secundários, enquanto aos homens esse direito lhes foi conferido desde que soubessem ler e escrever. Porém em 1968, as mulheres conquistavam a igualdade de voto, embora dela se exclua a eleição para as juntas de freguesia, para a qual o direito de voto é limitado aos chefes de família». ¹⁰

Mas se esta realidade ainda nos «espanta» é bom sublinhar que em «1999, e pela primeira vez na sua história, uma mulher foi nomeada para integrar o corpo de 15 juizes do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias». ¹¹ Um outro caso refere-se ao facto de outra mulher ter sido «nomeada para integrar o Tribunal Europeu de Contas, que agora conta com duas mulheres de um total de 15 membros.» ¹²

A luta das mulheres pela igualdade e pela equidade é longa e certamente depende das características da sociedade e da sua evolução.

Todos compreendem que há diferenças significativas entre a população masculina e a feminina. Há causas objectivas e concretas para além do seu carácter cultural e do gosto individual, que se referem às condições de vida e de trabalho, à situação familiar, e às tradições onde a educação também deve surgir como um contributo à sua formação como ser humano.

¹⁰ In, « As Mulheres e o Poder Local », Contribuições para a reflexão e acção, Edições Avante!

¹¹ Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões – «Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na União Europeia, 1999.

¹² Idem.

Quanto à participação da mulher nos Jogos Olímpicos é importante referir que na primeira olimpíada ocorrida na era moderna, em 1896, as mulheres não foram autorizadas a participar. Sabemos que Pierre de Coubertin, foi o inspirador dos Jogos da era moderna, mas ele próprio defendia que eles representavam «**uma bênção para o desporto masculino**».

Só quatro anos mais tarde, em 1900, na 2.^a Olimpíada realizada em Paris se verificou pela primeira vez a participação da mulher nos Jogos Olímpicos. No entanto, só em 1986, primeira vez, nos Jogos Olímpicos do México, uma mulher – Enriqueta Basílio Sotel – é convidada a transportar o Facho Olímpico, honra que até então era conferida apenas aos homens.

No momento actual a situação da mulher é consideravelmente diferente – embora ainda não tenha atingido o nível da participação que desejamos – já que na «XXVII.^a Olimpíada de Sidney em 2000, as mulheres participaram em 25 dos 28 desportos que integraram os respectivos Jogos e em 132 provas desportivas que representaram cerca de 44% das provas totais»¹³.

Hoje não temos dúvida que por todo o mundo a mulher pratica cada vez mais desporto e os índices de adesão e a propensão feminina às actividades desportivas crescem sem cessar.

Infelizmente no nosso país não se dispõe de dados seguros e devidamente quantificados para se ficar com uma noção precisa da evolução deste fenómeno. Mas basta a observação empírica e experiência de cada um de nós para nos convenceremos de que, apesar de não ser tão acentuado como nos outros países, também existe entre nós em todas ou quase todas as modalidades desportivas.

Parece ser indiscutível que as mulheres do nosso país, na sua maioria, já não ficam alheias ao desporto, como acontecia num passado ainda não muito longínquo.

A verdade é que, apesar da adesão ao fenómeno desportivo manifestado por muitas mulheres, quer como espectadoras nos estádios quer nas outras actividades desportivas, estamos longe de poder considerar as mulheres portuguesas ... como desportistas!

A nível europeu, é bom relembrar que na 2.^a **Conferência dos Ministros Europeus do Desporto**, realizada em Londres no ano de 1978, o Ministro Irlandês, apresentou uma Moção, que tinha por intenção «apelar a uma maior participação das mulheres nos diferentes aspectos do desporto».

Talvez tenha sido este o marco mais importante no seio da Europa e em presença dos Ministros com responsabilidades políticas no desporto em cada um dos países que então constituíam a União Europeia.

Dois anos mais tarde (1980), na 3.^a **Conferência dos Ministros do Desporto**, foram igualmente aprovadas duas recomendações através das quais se salientava o seguinte:

¹³ Comité Olímpico Internacional, «Les femmes aux Jeux Olympiques», 2003.

- a) [...] «que as autoridades nacionais, regionais e locais revissem os seus métodos de recrutamento na área do desporto, com a intenção de integrar as mulheres no desporto e rentabilizar o seu saber e experiência...»
- b) [...] «que os Governos convidassem as Federações de desporto a reflectir sobre a integração das mulheres nos lugares de decisão a nível local, regional e internacional [...]»

É de facto ao longo da década de 80 que surgem as primeiras disposições internacionais na área do Desporto com reflexos significativamente importantes quer para um novo entendimento global do desporto, enquanto factor de «cultura desportiva», quer como agente de promoção da actividade física da mulher.

Neste âmbito destacam-se iniciativas do Conselho da Europa, aquando da **Conferência de Brighton** sobre «**As Mulheres e o Desporto**» que se realizou no Reino Unido entre 5 e 8 de Maio no ano de 1994, bem assim como as declarações então proferidas pelo Comité Olímpico Internacional.

A **Declaração de Brighton**, acontecimento de inegável importância, foi aprovada por 280 delegações de 82 países, que defenderam uma estratégia mundial traduzida num conjunto de princípios dos quais salientamos: [...] «A equidade e igualdade na sociedade e no desporto [...] referindo-se que os Estados, os Governos deviam envidar esforços para garantir que as instituições e as organizações respeitem as disposições da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres».

Esta declaração revestia-se de grande importância quer pela expressão política dos países ali presentes, quer pela adesão que provocou noutras organizações com responsabilidade no desenvolvimento desportivo e com reflexos a curto e médio prazo na vida social, cultural e económica mundial.

Neste contexto, também o Comité Olímpico Internacional (COI) ao realizar a sua 1.^a Conferência Mundial, em Lausanne, sobre «A Mulher e o Desporto», que decorreu em 1996, fez aprovar recomendações de grande importância a favor da promoção do desporto na mulher. Salientamos a propósito, uma das mais emblemáticas recomendações, cujos objectivos ainda hoje, estão longe de serem atingidos, «[...]«que em 2000 as Federações Internacionais, Federações Nacionais, Organismos Desportivos e outras organizações ligadas ao movimento desportivo fixassem como objectivo para 2002 a participação em 10% das mulheres nos diferentes órgãos de decisão [...] mas esta proporção devia aumentar para 20 % até Dezembro de 2005».

Quatro anos mais tarde (2000) o COI realiza a sua 2.^a Conferência Internacional, que decorre em Paris, e aí reafirma a necessidade destas recomendações se implementarem para que as condições de acesso da mulher ao mundo do desporto possam ser aprovadas, dinamizadas e implementadas.

Estas recomendações eram por demais importantes, porém era também evidente o défice da participação das mulheres dirigentes nos órgãos de decisão do movimento desportivo.

É de realçar que o COI inscreve na sua Carta Olímpica, editada em Março de 2003, logo no Capítulo I, no n.º 5 do 2.º artigo, uma referência «[...]» à promoção das mulheres no desporto a todos os níveis de todas as estruturas e organizações desportivas nacionais ou estrangeiras, dentro do princípio da igualdade dos sexos».

Esta situação, que também se vive no nosso país, dado o baixíssimo número de dirigentes desportivos do sexo feminino existentes em todo o Sistema Desportivo é, do nosso ponto de vista, ainda mais vasta, dada a sua abrangência aos diferentes campos da vida social, cultural e económica.

Na realidade é uma questão que se coloca por todo o mundo e por toda a Europa.

Apesar de sabermos que a percentagem de praticantes é baixa em todas as modalidades, ela não é acompanhada proporcionalmente, bem longe disso, pelo número de dirigentes. Aliás, a recente Resolução do Parlamento Europeu sobre As Mulheres e o Desporto – considerada como uma Resolução de grande importância na vida política do Parlamento Europeu e da história da Mulher no Desporto nos países da União Europeia – chama a atenção para o facto de «somente 16% das mulheres contra os 29.5% dos homens e 63% dos rapazes por oposição aos 37% das raparigas, dos 15 aos 24 anos, declaram que praticam regularmente uma actividade física ou desportiva»¹⁴.

Esta constatação é tanto mais evidente quanto maior – parece ser (!) – o interesse das instituições de grande responsabilidade na construção da nossa União Europeia nomeadamente ao nível do Comité Olímpico Internacional, do Parlamento Europeu e do próprio Conselho da Europa. É evidente que no último Fórum Europeu de Desporto, a que já fizemos referência, foi mencionado numa das suas conclusões que «é imperativo que homens e mulheres desfrutem, a todos os níveis e em todas as fases das suas vidas, de igual acesso ao desporto, independentemente de origens sociais»¹⁵. É óbvio que esta defesa, sob a forma de conclusão, é muito importante, mas isso não nos basta, porque a realidade de hoje ainda marca a diferença de acesso de rapazes e raparigas à vivência cultural e desportiva da sociedade portuguesa e também em muitos países da Europa. Em França, por exemplo, foi realizado um estudo sobre «Les pratiques sportives en France» que refere claramente que, perante um «universo de 1500 jovens entre os 12 e 17 anos, 52% dos jovens faziam desporto (sendo 64% para os rapazes e 44%

¹⁴ Resolução do Parlamento Europeu – «As Mulheres e o Desporto» – Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades – Relatora Geneviève Frasse, 2003.

¹⁵ XII Fórum Europeu do Desporto – «O desporto como factor de integração social», Verona, Novembro, 2003.

para as raparigas) cujos pais não possuíam qualquer formação superior, contra 83% (sendo respectivamente 92% para rapazes e 76% para as raparigas) quando pelo menos um dos pais possuía um curso superior»¹⁶.

Salientamos ainda o facto de ser evidente o desnível de participação das raparigas que é claramente inferior aos rapazes com a mesma idade e perante a mesma condição sócio-económica.

Em Portugal, país europeu que apresenta o menor índice de participação feminina no desporto, quer como praticantes quer ao nível da decisão, são evidentes os indicadores oficiais que chamam a atenção para o seguinte: «a prática desportiva das portuguesas é a mais baixa da União Europeia com valores de 14% em 1998 e o abandono da prática desportiva é na ordem dos 70%»¹⁷. E se esta situação se refere às praticantes, também é verdade que ao nível dos órgãos de decisão «em que 97% dos cargos dirigentes são desempenhados por homens nomeadamente nas áreas dos dirigentes das Federações Desportivas»¹⁸.

Naturalmente que a transformação da situação das Mulheres no interior do sistema desportivo, como elementos com real capacidade de intervenção nas decisões e na sua gestão, depende também dos resultados da sua luta.

Ou seja, são as próprias mulheres que têm de tomar consciência do seu papel e afirmá-lo sem qualquer hesitação. Ainda recentemente a Associação Portuguesa «A Mulher e o Desporto» salientava «a necessidade da representação equitativa de mulheres e homens em todos os órgãos sociais das organizações desportivas privadas e nas instâncias públicas de tomada de decisão em matéria de desporto»¹⁹ quando apresentava a seu parecer sobre a nova Lei do Sistema Desportivo.

Em Portugal não houve, até à década de 90, nenhuma iniciativa que promovesse o debate sobre a (des)igualdade da mulher no desporto. Foi só em 1996, com a realização do 1.º Congresso «**A Mulher e o Desporto**», promovido pelo Movimento Democrático das Mulheres, que pela primeira vez a problemática do desporto foi abordada de forma tão ampla e diversificada.

De facto não faz sentido que numa sociedade que se deseja evoluída e em pleno século XXI, a situação das mulheres quanto à sua presença no desporto como praticante, treinadora, juiz, árbitra ou dirigente se assemelhe mais à de um país do terceiro mundo. Certamente que isto que aqui é referido se dirige aos actuais agentes e dirigentes de todos os níveis, no sentido de se realizar um esforço para dar lugar à presença de mulheres. Acreditamos que neste aspecto, é

¹⁶ Estudo «Les pratiques sportives en France» – Ministère des Sports et l'Institut National du Sport et de l'Education Physique.

¹⁷ Mariovet, Salomé – «Hábitos Desportivos da População Portuguesa – Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto», 2001.

¹⁸ Almeida, Cristina – Revista Desporto, ano III, n.º 3, Secretaria de Estado do Desporto.

¹⁹ Associação Portuguesa «A Mulher e o desporto», 2004.

e será em larga medida a solução do problema, ou pelo menos a sua evolução e integração teria os seus reflexos no futuro.

São diversos os factores que constituem ainda hoje, limitações à participação da mulher na vida associativa, como nos diz Sofia Baltazar no seu artigo na *Revista do Poder Local*:

- As colectividades continuam a ser espaços fundamentalmente masculinos;
- Apesar da sua maior independência é menor o seu tempo livre;
- As colectividades continuam ainda a ter uma imagem pouco receptiva à participação e ao envolvimento da mulher.

Mas, por outro lado, damos conta da adesão da mulher ao movimento associativo e até em alguns casos são elas que têm maior presença nos órgãos directivos das colectividades, porém nem sempre assumem a sua direcção.

É um facto que as mutações sociais, culturais e económicas da nossa sociedade se reflectem naturalmente nas dinâmicas desportivas e por inerência são sobrevalorizadas, ou não, por questões de «moda» ou oportunidade. É evidente que os processos de dinamização desportiva de característica e expressão municipal ou supramunicipal, têm assumido um papel importante na definição de políticas de desenvolvimento desportivo para o Município e para o país. É por demais evidente que as Autarquias têm assumido um papel de grande importância no contexto geral do desenvolvimento desportivo do país. Têm sido os grandes obreiros quer de equipamentos fundamentais à prática desportiva quer na implementação de projectos e programas de valor acrescido à qualidade de vida junto dos diferentes sectores da população. São programas fundamentais à coesão das gentes da região e importantes à revitalização do movimento associativo cultural e desportivo do bairro, da aldeia, da vila ou mesmo das nossas cidades.

Mas ao contrário do que se possa pensar, também não é pelo facto de ser uma Mulher a responsável pelo Pelouro do Desporto, que a situação se altera no que se refere a programas e projectos sobre a actividade física da mulher. O fundamental é que tenha consciência da situação, vontade política e determinação para provocar as sinergias indispensáveis à criação de mudanças políticas, estratégias, planos e acções que tenham por objectivo um maior envolvimento da mulher nos diferentes sectores do desporto.

Contudo não devemos subestimar a presença das mulheres nos órgãos autárquicos, pois ela representa não só um estímulo à participação feminina mas sobretudo reforçar e valorizar a sua prestação e qualidade de intervenção nos diferentes órgãos de gestão.

Um estudo realizado na área da Grande Lisboa veio confirmar-se que «as autarcas ficaram quase sempre, salvo honrosas excepções, responsáveis por áreas que são associadas às suas tradicionais competências ou vocação como

os casos da área social, educação, os idosos, a cultura, e outras de igual nível de intervenção social.»²⁰

Parece fazer crer uma presumível incapacidade das mulheres ao assumirem os cargos políticos com estas áreas de intervenção autárquica. Aliás parece traduzir uma menor representação nos cargos executivos municipais nos quais também é menos o peso das mulheres nos níveis sócio-profissionais embora tenham uma estrutura etária mais baixa.

Esta aparente juventude das «nossas eleitas» pode fazer crer uma maior disponibilidade para a participação das mulheres jovens na vida política e por consequência numa maior consciência das suas capacidades e da sua intervenção nomeadamente nas áreas tidas como as mais pobres do ponto de vista dos recursos financeiros da Autarquia, mas as mais significativas e determinantes na formação dos cidadãos e no fortalecimento das organizações.

Nesta situação, que em particular diz respeito à intervenção da mulher nos órgãos autárquicos, onde se reconhece capacidade de uma maior intervenção junto das diferentes camadas da população, raramente acontece encontrarmos programas específicos que tenham por objectivo a promoção da mulher no desporto, quer ao nível do incentivo da actividade física quer como agente desportivo no desempenho das diferentes funções.

Porém o quadro seguinte mostra-nos ainda uma realidade que nos deve ajudar a reflectir sobre... porquê ainda assim:

QUADRO 1

Participação das mulheres nos diferentes órgãos autárquicos

Órgãos Autárquicos	1982	1989	1993	1997
Câmaras Municipais	3.0	6.0	7.6	10.5
Assembleias Municipais	8.7	11.0	11.2	13.8
Juntas de Freguesia	2.9	5.0	5.2	7.1
Assembleias de Freguesia	4.5	7.0	7.9	11.1
Total dos Órgãos	4.8	7.0	7.7	10.4
Presidências de Câmaras Municipais	2.0	2.0	1.7	4.0
Outros Eleitos	3.2	6.0	8.7	11.7
Presidências de AM	3.7	4.0	5.7	7.5
Outros Eleitos	8.9	11.0	11.4	14.1

Dados retirados do Livro «As Mulheres e o Poder Local – 2003».

²⁰ In, «As Mulheres e o Poder Local», Contribuições para a reflexão e acção. Edições Avante.

Para que estas posições se alterem é necessário em primeiro lugar, que sejam criadas e desenvolvidas estratégias e acções que tenham como princípios os anunciados na **Declaração de Brighton**, nomeadamente «a igualdade de oportunidades na participação no desporto»...«desenvolver políticas, programas e estruturas que aumentem o número de mulheres no desporto através dos diferentes sectores».

Mas o que na realidade acontece é que as recomendações aprovadas pelas diferentes organizações desportivas, de expressão mundial, como são o caso do Comité Olímpico Internacional, Conselho da Europa e outras organizações não governamentais são omitidas das agendas políticas ou preteridas das prioridades governamentais.

E aqui, como é evidente, não podemos desculpabilizar os nossos responsáveis políticos quando ao nível dos diferentes governos, não defendem qualquer estratégia ou projecto que corresponda ou aplique qualquer destes princípios e/ou recomendações aprovadas a nível mundial.

E a propósito refira-se que a Associação de Municípios do Distrito de Évora tem em marcha um Projecto específico sobre «**Mulheres em Movimento**» e a «**Marcha da Saúde**» – integrado nas Olimpíadas Populares, dinamizadas por esta Associação e em colaboração com os 14 Municípios que a integram – que pretende defender e incentivar a participação da mulher na vida desportiva. Este tem-se associado e inspirado mas de modo muito particular às orientações da Organização Mundial de Saúde sobre a importância da actividade física junto das mulheres, jovens e nos idosos. Entre nós e no âmbito dos primeiros **Jogos Transfronteiriços** foram implementadas outras acções como «**Vamos correr... com a diferença!**» e a **Festa do Jogo Popular** em parceria com a Associação de Municípios do Norte Alentejano e a Diputacion de Badajoz.

Perante este mero enunciado de acções que deve ser entendido como referências, ainda que um pouco isoladas, é cada vez mais importante que se analisem com profundidade as causas que se opõem ao acesso de um vasto número de jovens à educação física e ao desporto escolar, ao desporto em geral. São particularmente penalizadoras as que começam a trabalhar e a produzir, as jovens mães, as trabalhadoras sobrecarregadas com as tarefas da casa e dos filhos, as adultas que necessitam de manter intactas as suas capacidades, as idosas e as que sofrem de qualquer deficiência para quem a prática de uma actividade física correctamente orientada constituiria um importante factor de melhoria da qualidade de vida.

Não nos basta ficar pelo reconhecimento das nossas campeãs que felizmente possuímos e que têm sabido afirmar a presença internacional de Portugal, embora elas próprias reconheçam as suas dificuldades e as barreiras da diferença ocorridas sob diversas formas. Necessariamente que aqui também se enquadram as treinadoras, médicas, juízes, árbitras, dirigentes e porque não também as jornalistas.

Por acréscimo, também a **mulher no desporto** não tem tido o apoio merecido e o justo valor da sua prestação nos «mass média» que exercem, de forma

inteligente, as suas influências e procuram transformá-la e/ou desvalorizá-la com a capa de outros interesses às vezes mais publicitários e económicos do que justos perante o valor da sua prestação desportiva.

Contudo, o que está em causa é a contribuição efectiva da actividade desportiva no seu todo, quer pela melhoria da sua condição de vida e saúde quer pelos benefícios que a população feminina possa usufruir desde a juventude à idade adulta e idosa, sem esquecer o papel do desporto na formação das crianças.

Importa, a terminar, ficarmos com esta questão e perante ela avaliarmos o nosso contributo.

– Existe um verdadeiro desporto feminino em Portugal?

Muitos dirão que a questão desportiva não é a mais importante que se coloca na vida das mulheres portuguesas, outros são ainda capazes de pensar que as mulheres têm coisas bem mais úteis para fazer. Certamente são os homens que pensam assim!

Mas é indiscutível que muitas mulheres também concordam com eles!

A verdade é que o fenómeno do desporto português, não pode marginalizar ou ignorar, por mais tempo, mais de metade da população portuguesa.

Isto representa que a Política Desportiva do nosso país deve assumir e clarificar as suas opções quanto ao desenvolvimento do desporto português nos diferentes sectores por que é constituído.

Não nos basta construir Estádios e Pavilhões se as estratégias de incentivo ao movimento associativo e às Escolas não passa pelo fomento da actividade desportiva junto dos escalões mais jovens; não basta termos equipamentos, técnicos e técnicas se a perspectiva não passa pela promoção da actividade física como um benefício para a saúde e formação de todos desde os mais jovens aos idosos passando pelas mulheres e deficientes; não nos basta ter campeãs nesta ou naquela modalidade se por vezes o acesso e incentivo da comunicação social estão na razão directa da importância da marca que patrocinam e não do seu valor e prestação desportiva; não nos basta «fazer campeões» sem meios, estratégias e objectivos de trabalho e preparação se o Desporto Escolar e depois o Desporto Universitário vivem sem meios e com fracos recursos; não nos basta promover Campeonatos, Taças, Meetings e outras provas de nível Europeu – como o Euro – 2004 – se nos falham os meios para a preparação dos nossos atletas olímpicos e o «desporto para todos e para todas» ou «desporto popular» é para muitos e muitas, algo inacessível!

Isto prova que a dimensão do desporto no feminino não pode nem deve ter uma visão unilateral fechando-se em si mesmo!

Só a perspectiva global do desporto que temos e do que gostaríamos de ter nos pode permitir mudar para transformar – **mentalidades, estratégias e opções políticas** – que ajudem a alterar a nossa sociedade.

É cada vez mais evidente a necessidade de ser assumida uma **Política Desportiva** onde os Princípios e Objectivos estejam subjacentes a uma estratégia de

desenvolvimento desportivo para o país. Uma orientação política para o desporto, deve ser organizada consoante os diferentes vectores da vida desportiva mas sobretudo ter presente os grupos e pessoas que se pretende envolver.

As Autarquias também devem convergir os seus interesses e vontades em torno das diferentes dinâmicas do desporto português. Da vida associativa ao lazer, da integração social à promoção da saúde, da qualidade de vida das populações à dinâmica do turismo, do desenvolvimento económico à vida saudável no meio ambiente, do progresso individual à vivência colectiva no bairro, na aldeia e ou na cidade são na realidade factores importantes ao desenvolvimento local, regional ou supra municipal.

Entendemos que estas questões são pertinentes e actuais já que hoje o desporto é cada vez mais um «**motor de desenvolvimento económico**» factor de «**identidade cultural**» e vector importante na «**formação entre gerações**».

Logo a sociedade não se pode desenvolver sem a partilha de interesses e responsabilidades, usufruto de direitos e deveres, encontro de saberes e experiência de cada um e de todos e todas na sociedade que defendemos democrática, aberta e participada.

Sublinhemos a propósito a última «**Proposta de Resolução do Parlamento Europeu**» aprovada a 21 de Maio de 2003, sobre as «Mulheres e o Desporto» que foi desenvolvida pela «Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades» à qual já havíamos feito referência. Contudo, para além de se considerar esta tomada de decisão como algo muito importante no percurso em análise, debate e afirmação da mulher no desporto, é deveras significativo e pertinente terminar este artigo com duas citações da referida Resolução:

- «Declara que o desporto feminino é a expressão do direito à igualdade e à liberdade de todas as mulheres disporem do seu corpo e de se inscreverem no espaço público, independentemente da nacionalidade, idade, orientação sexual, religião e deficiências» e
- «[...] o objectivo da igualdade de oportunidades abre caminho à supressão das barreiras entre o desporto dito «masculino» e o desporto dito «feminino», cumprindo favorecer a abertura das modalidades a ambos os sexos e permitir a todas as raparigas e a todos os rapazes a prática da actividade física da sua preferência»

As intenções políticas que agora conhecemos, e afirmadas com determinação por diferentes entidades e organizações, não podem ficar pelas boas palavras e meras vontades de circunstância.